

CEDI

Povos Indígenas no Brasil

Fonte O Estado de São Paulo Class.: 94

Data 19 de abril de 1978 Pg.: 15

Cimi repudia a intenção do governo de emancipar índio

Da sucursal de
PORTO ALEGRE

Os participantes da 4ª Assembléia da Regional Sul do Conselho Indigenista Missionário — Cimi — realizada em Chapecó (SC), divulgaram ontem — na véspera do Dia Nacional do Índio — um documento repudiando a intenção do governo de promover a emancipação de grupos indígenas, classificando-a de “nociva e capciosa”. De acordo com os missionários, antropólogos, estudiosos da questão indígena e integrantes da Associação Nacional de Apoio ao Índio que estiveram em Chapecó, “os povos indígenas da região sul estão sujeitos a uma dominação física e cultural.

De acordo com o documento, neste ano em que se esgota o prazo legal para demarcação de suas terras, é prioritária a retirada de “todos os intrusos e arrendatários, a preservação do patrimônio e a paralisação das atividades exploratórias da Funai”. A dominação física, como decorrência da expansão capitalista nas regiões do Interior do País, tem favorecido a usurpação das terras indígenas e a dilapidação de florestas e demais re-

ursos naturais, segundo os participantes do encontro.

Depois de fazer críticas generalizadas à atuação dos órgãos estatais, o documento enumera seis itens contendo reivindicações que considera prioritárias para a solução do problema indígena. Os participantes da assembléia também se comprometeram a continuar respeitando os índios como representantes de culturas legítimas e autônomas.

A retirada de todos os “intrusos e arrendatários” das terras indígenas existentes na região Sul, assim como a proibição de que sejam utilizadas em projetos de interesses econômicos dos departamentos da Funai (“intrusos oficiais”) são as duas primeiras exigências estabelecidas pelo documento. Os participantes do encontro, no segundo item, pedem que sejam resguardados o patrimônio florestal, a fauna e as riquezas minerais existentes nas terras indígenas.

No terceiro item o documento afirma ser necessário paralisar todas as “atividades espoliatórias” da Funai sobre as reservas e interromper imediatamente a destruição sistemática das matas, promovidas pelo Departamento Geral do Patrimônio In-

dígena nas reservas de Chapecó, Mangueirinha, Guarita e Guarapuava.

Regularizar o direito histórico de diversos pequenos grupos indígenas sobre áreas de terras que ocupam há vários anos na região Sul, “as quais vêm sendo progressivamente tomadas por elementos da nossa sociedade”, é outra reivindicação constante do documento do Cimi. No mesmo item os missionários afirmam ser necessário definir áreas para a localização de diversas famílias indígenas.

Finalmente, o documento pede que sejam reorientados os programas educativos promovidos pela Funai na região Sul e denuncia como “extremamente nociva e capciosa” a intenção do governo de promover a emancipação de grupos indígenas.

Ontem, em Brasília, ao falar sobre o Dia do Índio (que se comemora hoje), o presidente da Funai, general Ismarth de Araújo Oliveira, disse que “a tarefa de lidar com culturas primitivas é muito difícil, sobretudo quando se sabe que seus usos e costumes, crenças, direitos e deveres são diferentes daqueles adotados pelo restante da sociedade”.